

Editorial

ESFORÇO FISCAL

A economia necessária

FEZ MUITO BEM o governo federal ao preparar o bloqueio de gastos no Orçamento da União para este ano, ajustando-o a um montante semelhante ao que o Palácio do Planalto propusera originalmente ao Congresso. As previsões de custeio e investimento, infladas mais tarde pelos parlamentares na lei orçamentária, foram reduzidas em medida eloquente: R\$ 16,4 bilhões a menos frente ao que deputados haviam aprovado.

Em tese, cortes dessa natureza, e nesse patamar, configurariam a maneira mais eficiente de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva mostrar ao país que finalmente seu governo resolveu ir às raízes da fragilidade das contas públicas. Afinal, nos últimos quatro anos, o governo só conseguiu compatibilizar o rigor fiscal com a violenta expansão das suas despesas correntes à custa do contribuinte, elevando às nuvens a carga tributária do país. O artifício esgotou-se.

O detalhamento dos números divulgados esta semana, no entanto, demonstra que a tentativa de neutralizar a deterioração fiscal está ainda a meio passo. O governo deve mais. Na prática, o contingenciamento – nome técnico do bloqueio de gastos – é bem menor do que parece. A previsão de despesas primárias vai cair somente R\$ 4,5 bilhões em relação à lei orçamentária aprovada no Congresso. Em outras palavras, parcela considerável dos cortes é destinada a compensar aumentos em outros gastos, em especial os obrigatórios.

O governo também empurrou para as empresas estatais parte do esforço fiscal necessário para adequar o orçamento à meta, já reduzida, de superávit primário do setor público consolidado – fixada em 3,75% do Produto Interno Bruto (PIB) no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Descontadas as estatais não-dependentes do Tesouro Nacional, a participação do governo federal na conta do superávit primário caiu.

Economia
brasileira

No que se conclui que é alvissareira a notícia de corte – como são bem-vindas quaisquer medidas capazes de reduzir o peso sufocante do Estado sobre a vida brasileira, que exige impostos escorchantes e juros altíssimos – mas o Planalto ainda continua a dever mudanças mais substantivas para reduzir o apetite do setor público por despesas. O PAC pode transformar-se no estopim da guinada qualitativa na economia brasileira. É uma sandice, contudo, imaginar que, sozinho, vai assegurar uma nova e duradoura fase de prosperidade.

Como, parafraseando Nelson Rodrigues, desenvolvimento não se improvisa, as virtudes do programa e as promessas de crescimento mais robusto só se consumarão quando o esforço fiscal ocorrer para valer. Trata-se da condição para desobstruir os caminhos que permitirão a re-

É sandice imaginar que o PAC vai, sozinho, assegurar uma duradoura fase de prosperidade

dução gradual da carga tributária e, em ritmo mais acelerado, dos juros (duas das travas que atormentam os sonhos de crescimento). Sem isso, as virtudes do PAC, persuadidas com insistência pelo governo, integrarão a lista de promessas não consumadas.

Mas há esperança. O presidente Lula dá a impressão de saber que o elixir da longevidade de seu prestígio se compõe da convergência entre o êxito do programa Bolsa-Família e a prudência na condução da economia. O sucesso só se repetirá nos próximos anos se, a partir de agora, forem concebidas as bases para o crescimento com estabilidade. A garantia da independência das ações do Banco Central, de um lado, e o aprofundamento das reformas trabalhista, tributária e previdenciária, são premissas para tais conquistas futuras. É uma questão de necessidade. Para o legado deste governo e para o país.